



DO BECO AO EDIFÍCIO: TRAJETÓRIAS DAS REMOÇÕES E A EMERGÊNCIA DA OCUPAÇÃO GILBERTO DOMINGOS NO CONTEXTO DO REVIVER CENTRO.

Gustavo Soares de Oliveira ¹

Resumo

Este artigo analisa a articulação entre o programa Reviver Centro, as políticas de remoção de camelôs e a emergência da Ocupação Gilberto Domingos no centro do Rio de Janeiro. Argumenta-se que o Reviver Centro, embora apresentado como revitalização, atua como catalisador de gentrificação e higienização urbana, priorizando o capital especulativo e resultando em remoções forçadas. Dialogando com Ananya Roy, a pesquisa interpreta essas remoções como banimento racial e a repressão estatal como um mecanismo de controle socioespacial e dos corpos. Em contrapartida, a Ocupação Gilberto Domingos é analisada como um espaço de resistência e insurgência urbana, desafiando a lógica da especulação imobiliária e a violência estatal. A metodologia qualitativa, baseada em análise documental, observação participante e entrevistas, busca desvelar as tensões e conflitos gerados pelas intervenções urbanísticas formais e as práticas espaciais de grupos marginalizados. Conclui-se que a ocupação representa uma práxis transformadora na luta por um futuro urbano mais justo e democrático.

Palavras chave: Reviver Centro; Ocupação Urbana; Gentrificação; Repressão Estatal; Violência Estatal.

Abstract

This article analyzes the articulation between the Reviver Centro program, the removal policies targeting street vendors, and the emergence of the Gilberto Domingos Occupation in downtown Rio de Janeiro. It is argued that Reviver Centro, although presented as revitalization, acts as a catalyst for gentrification and urban "sanitization," prioritizing speculative capital and resulting in forced evictions. Drawing on Ananya Roy's contributions, the research interprets these removals as "racial banishment" and state repression as a mechanism of sociospatial and body control. In contrast, the Gilberto Domingos Occupation is analyzed as a space of resistance and "urban insurgency," challenging the logic of real estate speculation and state violence. The qualitative methodology, based on documentary analysis, participant observation, and interviews, seeks to unveil the tensions and conflicts generated by formal urban interventions and the spatial practices of marginalized groups. It concludes that the occupation represents a transformative praxis in the struggle for a more just and democratic urban future.

¹ Mestrando do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual - UERJ, soares.gustavo_2@posgraduacao.uerj.br; O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).



Keywords: Reviver Centro; Urban Occupation; Gentrification; State Repression; State Violence.

INTRODUÇÃO

O centro do Rio de Janeiro, um cenário de grande disputa e produção simbólica e material, tem sido palco de profundas transformações urbanas nas últimas décadas, impulsionadas, em grande medida, pelo programa Reviver Centro, implementado pela Prefeitura do Rio de Janeiro. Apresentado como uma iniciativa de “requalificação urbana” e de estímulo à moradia no centro, o programa busca converter edifícios comerciais ociosos em residências permanentes e atrair novos investimentos para a região (Monteiro e Garcia, 2023).

Contudo, a narrativa oficial de *revitalização* esconde uma complexa teia de interesses e consequências socioespaciais. Historicamente, o centro do Rio tem sido um lócus de diversidade social e econômica, abrigando desde grandes corporações até uma vibrante economia popular e informal. Sob a égide de projetos como o Reviver Centro, essa diversidade é frequentemente ameaçada por processos de gentrificação e remoções forçadas (Fidalgo et al, 2023).

Tais práticas, como Garmany e Richmond (2020) apontam, configuram-se como instrumentos de higienização, priorizando os interesses do capital especulativo e imobiliário em detrimento das demandas e direitos das classes trabalhadoras e populações marginalizadas. A cidade não é redefinida como um espaço de convivência e inclusão, mas como um ativo a ser valorizado e mercantilizado (Rolnik, 2015), onde a presença de populações de baixa renda e atividades informais é percebida como um obstáculo ao progresso e à modernização.

Nesse cenário de intervenções urbanísticas e disputas territoriais, emergem as políticas de despejos de camelôs e ambulantes – atores fundamentais da economia urbana e usufrutuários históricos dos espaços públicos – que são sistematicamente violentados e marginalizados pelo Estado. Paralelamente, e em contraposição a essa lógica excludente, surge a Ocupação Gilberto Domingos como uma expressão contundente da luta pela moradia e pelo direito à cidade. Esta ocupação, ao ressignificar um edifício ocioso no coração da cidade, desafia as narrativas oficiais de desenvolvimento endossadas pelo Estado e expõe as



contradições das políticas urbanas que, em vez de promoverem inclusão, aprofundam a segregação socioespacial.

O presente trabalho, parte de um estudo de mestrado mais amplo, propõe-se a analisar a intrínseca articulação entre o programa Reviver Centro, as políticas de remoções de camelôs e a emergência da Ocupação Gilberto Domingos. Nosso objetivo é compreender como esses fenômenos se entrelaçam no processo de reconfiguração socioespacial do centro do Rio de Janeiro, e de que modo a ocupação se constitui como forma de resistência e apropriação insurgente do espaço urbano. A justificativa para esta investigação reside na urgência de desvelar as tensões e conflitos gerados pelas intervenções urbanísticas promovidas pelo Estado e as práticas espaciais de grupos marginalizados, oferecendo uma perspectiva crítica sobre a produção e gestão do espaço urbano.

Dialogamos com contribuições de Ananya Roy (2011), especialmente sua crítica ao urbanismo convencional, análise do banimento racial e da financeirização da habitação. Este artigo busca aprofundar a compreensão sobre como as políticas urbanas no Rio de Janeiro reproduzem e intensificam desigualdades, principalmente sobre indivíduos que estão contidos na informalidade.

A repressão estatal, a criminalização da pobreza e a seletividade na aplicação das normas urbanas serão examinadas como elementos centrais na perpetuação de um modelo de cidade excludente. A violência estatal, conforme Santos (2024), manifesta-se na produção de territórios e no controle dos corpos, onde o Estado define o que é legítimo ou não, tolerado ou reprimido, especialmente em contextos de informalidade. Essa violência não é apenas física e psicológica, mas também estrutural, moldando as experiências urbanas e a própria existência dos grupos marginalizados.

Ao final, espera-se contribuir para o debate sobre a necessidade de políticas públicas alternativas que promovam uma gestão urbana mais justa e inclusiva, reconhecendo e valorizando as diversas formas de produção e apropriação do espaço pelas populações vulneráveis.

METODOLOGIA



A pesquisa combina trabalhos empíricos e teóricos, articulando análise documental, observação participante e entrevistas com uma reflexão crítica sobre os processos urbanos contemporâneos. Essa abordagem qualitativa visa compreender as dinâmicas entre o programa Reviver Centro, as políticas de remoção de camelôs e a emergência da Ocupação Gilberto Domingos, a partir da perspectiva dos sujeitos afetados e dos espaços em disputa.

O trabalho de campo incluiu visitas sistemáticas à área central do Rio de Janeiro, com observações in loco realizadas em 2025, voltadas à apreensão das transformações materiais e simbólicas em curso. A Ocupação Gilberto Domingos, localizada em prédio do INSS no coração da cidade, foi acompanhada por meio de interação direta com moradores e lideranças, especialmente com integrantes do Movimento Unido dos Camelôs (MUCA). Esse contato permitiu compreender as estratégias cotidianas de resistência, solidariedade e autogestão que emergem em meio às condições de precariedade e ameaça de despejo.

O desenvolvimento metodológico também envolveu levantamentos bibliográficos e documentais extensivos, com leitura e sistematização de textos acadêmicos, relatórios institucionais, matérias jornalísticas e publicações de movimentos sociais. Foram consultados periódicos especializados, plataformas digitais e sites de órgãos públicos, além de fontes independentes de comunicação, como o *Núcleo Piratininga de Comunicação* e o *Brasil de Fato*, cujas reportagens e notas contribuíram para reconstruir o contexto das remoções e mobilizações recentes.

Adicionalmente, a pesquisa recorreu ao Google Scholar e a bases acadêmicas nacionais e internacionais para o levantamento de artigos, dissertações e teses relacionados à gentrificação, informalidade urbana, ocupações e políticas habitacionais. Esse cruzamento entre fontes formais e alternativas permitiu ampliar o escopo empírico e conectar o caso da Ocupação Gilberto Domingos às discussões teóricas sobre urbanismo neoliberal e insurgência urbana.

REFERENCIAL TEÓRICO



A presente discussão se fundamenta em um diálogo crítico entre as teorias do urbanismo subalterno, estudos sobre gentrificação e remoções forçadas, com especial atenção às contribuições de Ananya Roy. A articulação desses campos teóricos permite uma análise aprofundada da complexa relação entre as políticas urbanas neoliberais, a repressão estatal e as estratégias de resistência das populações marginalizadas no centro do Rio de Janeiro.

Ananya Roy (2011) oferece uma visão teórica crucial para a compreensão das dinâmicas urbanas, sobretudo em cidades do Sul Global. Sua noção de urbanismo subalterno desafia as narrativas hegemônicas do planejamento urbano, que frequentemente ignoram ou criminalizam as práticas espaciais dos pobres urbanos. Roy argumenta que as cidades não são apenas moldadas por planos diretores e grandes projetos de desenvolvimento, mas também pelas práticas cotidianas de apropriação, contestação e sobrevivência dos grupos subalternos. A ocupação de edifícios vazios, o comércio informal e outras formas de "ilegalidades" não são meras anomalias, mas sim modos de produção do espaço urbano que revelam as contradições e exclusões inerentes ao modelo de desenvolvimento vigente.

Ao analisar a Ocupação Gilberto Domingos, este trabalho se apropria do conceito de Roy para argumentar que a ocupação não é apenas uma resposta à crise habitacional, mas uma forma de insurgência urbana. Trata-se de uma prática política que reivindica o apoderamento da cidade e contesta a lógica da propriedade privada e da especulação imobiliária que domina o centro do Rio de Janeiro. A ocupação, nesse sentido, é um ato de produção de espaço que desafia a ordem estabelecida e expõe as escolhas do Estado de não garantir o direito à moradia para todos.

A gentrificação, como aponta a literatura (Smith, 1996), é um processo de elitização socioespacial que resulta na expulsão de populações de baixa renda de áreas urbanas em processo de revitalização. No contexto do Reviver Centro, a gentrificação se manifesta através da valorização imobiliária e da pressão para a remoção de atividades e populações consideradas indesejáveis, como os camelôs e ambulantes.

Este trabalho se debruça e articula-se com a noção de banimento racial de Roy, que descreve o deslocamento de comunidades, majoritariamente não brancas da classe trabalhadora dos centros urbanos para as periferias como um processo impulsionado não apenas pelo mercado, mas também pelo Estado, através de políticas de criminalização e policiamento.



As remoções forçadas, vistas recentemente nos casos da Rua Uruguaiana, Terminal Intermodal Gentileza e Shopping Chão da Glória, ambas nas áreas centrais da cidade, nesse contexto, não são eventos isolados, mas parte de uma estratégia mais ampla de controle e higienização do espaço urbano. A repressão estatal contra os camelôs e a ameaça de reintegração de posse da Ocupação Gilberto Domingos são exemplos claros de como o Estado atua para garantir os interesses do capital em detrimento dos direitos das populações mais vulneráveis. A análise dessas práticas repressivas é fundamental para compreender a dimensão política da luta pelo espaço no centro do Rio de Janeiro.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados preliminares desta pesquisa revelam uma intrincada teia de relações entre o programa Reviver Centro, as políticas de remoção e a emergência da Ocupação Gilberto Domingos, todas permeadas por questões políticas e pela repressão estatal no centro do Rio de Janeiro. A atuação do Estado, longe de ser neutra, demonstra múltiplas faces de oscilação entre o fomento à *revitalização* e o controle do espaço público, culminando frequentemente em confrontos com as classes marginalizadas e associadas à informalidade, como os camelôs e ambulantes.

O programa Reviver Centro, embora apresentado como uma iniciativa de requalificação urbana e resgate da *vitalidade* do centro, alinha-se de forma intrínseca à lógica da gentrificação impulsionada pelas ações do Estado. Sua concepção e implementação revelam uma prioridade clara na atração de investimentos privados e na conversão de edifícios comerciais ociosos em moradias, visando um público com maior poder aquisitivo. Este processo não é neutro; ele gera uma valorização imobiliária exponencial que, por sua vez, exerce uma pressão insustentável sobre as populações de baixa renda e as atividades econômicas informais que historicamente ocupam e dão vida a essas áreas.

Essa *revitalização*, na prática, é um processo de higienização socioespacial que busca reconfigurar o perfil demográfico e econômico da região central, tornando a mais atraente para o capital especulativo e para as classes médias e altas, ao custo da expulsão dos grupos mais vulneráveis. A narrativa oficial de modernização e desenvolvimento esconde à face excludente de um projeto urbano que marginaliza e invisibiliza as formas de vida e trabalho



que não se encaixam na visão hegemônica da cidade. A lógica subjacente a tais projetos é a de que a *modernização* e o *progresso* urbano estão intrinsecamente ligados à remoção de elementos considerados *atrasados* ou *indesejáveis*, como o comércio ambulante e as moradias populares.

Essa visão, que permeia grande parte do planejamento urbano neoliberal, ignora a complexidade e a resiliência das economias informais e das comunidades que as sustentam, tratando as como meros obstáculos a serem superados em nome de um ideal de cidade homogênea e controlada. A consequência direta é o aprofundamento das desigualdades e a intensificação dos conflitos pelo uso e apropriação do espaço urbano.

As políticas de remoção de camelôs, implementadas sob a égide do *ordenamento urbano*, são um exemplo claro dessa seletividade estatal (Telles, 2010). A subsistência e o direito ao trabalho desses indivíduos são diretamente impactados, evidenciando uma aplicação das normas urbanas que privilegia determinados grupos em detrimento de outros. Ananya Roy (2019) ainda argumenta que tais processos não são meramente impulsionados pelo mercado, mas são processos impulsionados pelo Estado, profundamente racializados e enraizados em longas histórias de exclusão e segregação racial. A repressão aos camelôs e ambulantes, portanto, pode ser interpretada como uma manifestação do banimento racial descrito por Roy, onde indivíduos pretos e pardos da classe trabalhadora são deslocadas para as periferias da vida urbana.

A violência estatal no contexto urbano não se restringe apenas às remoções forçadas e à criminalização da informalidade, mas se estende a um controle mais amplo sobre os corpos e as práticas espaciais dos indivíduos. Conforme defendido por Santos (2024), a violência estatal é um prisma descritivo e analítico para perspectivar a produção do espaço urbano e do conflito, revelando como o Estado atua na destruição de territórios e de tecidos sociais, bem como na produção da informalidade. A informalidade, nesse sentido, não é uma ausência do Estado, mas uma produção calculada por ele, que detém o poder de determinar o que é informal e o que não é, e quais formas de informalidade prosperarão ou desaparecerão.

Essa capacidade de construir categorias de legitimidade e ilegitimidade permite ao Estado formalizar e criminalizar diferentes configurações espaciais, exercendo um controle direto sobre a vida e a mobilidade dos cidadãos. A ameaça constante de deslocamento e a



incerteza de viver na iminência de ser removido fundam uma experiência social e urbana de precariedade, desprovida da promessa de estabilidade e segurança. Essa condição de ameaça permanente afeta não apenas o acesso à moradia, mas também os circuitos de trabalho e de sociabilidade, condicionando as trajetórias urbanas dos moradores.

A discussão sobre a violência estatal ganha contornos ainda mais preocupantes com a escalada de tensões em torno do armamento da Guarda Civil Municipal (GCM). No Rio de Janeiro, a proposta de autorizar o uso de armas de fogo pela GCM tem gerado grande apreensão entre os trabalhadores informais, especialmente os camelôs. Maria do Carmo, líder do Movimento Unido dos Camelôs (MUCA), relata a violência histórica sofrida pela categoria, que inclui agressões físicas e apreensões de mercadorias, endossadas pela interpretação do que se adequa ou não às leis vigentes pelos representantes do Estado. Muitos regimentos da legislação são ambíguos, categorizando um sistema político de ordem contínua de exceção (Agamben, 2015) e assim, automunicando o Estado a agir da maneira como bem quiser.

A perspectiva de guardas municipais armados intensifica o medo e a insegurança, como afirma a líder do MUCA, Maria dos Camelôs em:

"Se só com o cacetete eles nos violentam durante apreensão de mercadoria, tenho medo do que possa acontecer caso estejam armados com arma de fogo."

A ativista Maria do Carmo, mais conhecida como a Maria dos Camelôs, ressalta sua preocupação com as temáticas, reforçadas pela percepção de que a criminalização do comércio informal é uma política seletiva, que não oferece alternativas para a subsistência de quem não tem emprego. A líder do MUCA também destaca a dimensão racial da violência, afirmando que:

"Toda bala perdida é encontrada em corpos negros e periféricos", conectando a repressão aos camelôs a um contexto mais amplo de violência policial e desigualdade social.

O projeto das emendas que visa armar a GCM, existente desde 2018, e atualizado pela PLC 13/2025, foi aprovado no dia 10 de junho de 2025 por 34 votos à 14 pela Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro e tem sido visto pelos camelôs como uma ameaça iminente,



especialmente em um cenário de intensificação dos processos de gentrificação e intervenções urbanísticas que atendem somente aos interesses do capital especulativo. A luta contra o armamento da GCM é, portanto, uma extensão da resistência dos camelôs contra a violência estatal e pela garantia de seu direito ao trabalho e à cidade.

Em contrapartida à lógica excludente do Reviver Centro e das remoções, a Ocupação Gilberto Domingos emerge como um espaço de resistência e organização social de profunda relevância. A ocupação de um edifício ocioso no centro da cidade não é meramente uma resposta à crise habitacional, mas uma reivindicação ativa e contundente pela moradia e pelo direito de permanência na cidade. Os relatos dos moradores, coletados através de observação e entrevistas, revelam estratégias complexas de sobrevivência e resistência diante das ações estatais, bem como as tensões e negociações estabelecidas no cotidiano da ocupação. A exaustiva jornada de trabalho dos responsáveis pelos cadastros familiares, que frequentemente ultrapassam 8 horas diárias, sublinha a necessidade vital de residir próximo aos locais de trabalho, reforçando a luta pelo direito ao habitar e habitat no coração da cidade, tal qual a importância da centralidade para a reprodução da vida de trabalhadores ambulantes e camelôs.

A ocupação representa um desafio direto à lógica da especulação imobiliária e à ineficácia crônica das políticas habitacionais destinadas à população de baixa renda, especialmente para os camelôs, ambulantes e outros trabalhadores em condições de fragilidade social e econômica. A ameaça constante de reintegração de posse, movida pelo INSS, proprietário do prédio, expõe a face mais repressiva do Estado. Em vez de atuar como garantidor do direito social à moradia, o Estado se posiciona para proteger a propriedade privada e os interesses do capital, evidenciando uma profunda contradição, ao não garantir função social de imóveis ociosos. Essa atuação estatal, pautada por uma visão higienizada e de controle do espaço urbano, contrapõe-se diretamente às formas de apropriação do espaço e de exercício da cidadania por parte das classes marginalizadas.

Ananya Roy (2009) destaca que as práticas de ilegalidade urbana, como as ocupações, são formas potentes de insurgência urbana que revelam as contradições inerentes ao desenvolvimento capitalista. A Ocupação Gilberto Domingos, nesse sentido, não deve ser vista como uma anomalia ou um problema a ser resolvido, mas como uma manifestação política legítima que contesta a ordem estabelecida e expõe a escolha do Estado em direcionar



políticas que privilegiam o capital especulativo ao invés de garantir direitos básicos para as populações mais pobres.

A luta pela permanência na ocupação é, portanto, uma luta pela afirmação da dignidade e pela construção de uma cidade mais equitativa, onde o espaço não seja apenas uma mercadoria, mas um direito fundamental para todos.

A repressão estatal se manifesta de inúmeras formas, não se limitando apenas às remoções forçadas e às ameaças de despejo, mas se estendendo à criminalização da pobreza e das práticas informais. A seletividade na aplicação das normas urbanas é um ponto crucial: enquanto os camelôs e outros trabalhadores informais são sistematicamente reprimidos, as formas de informalidade, muitas vezes ligadas a elites, são toleradas ou até mesmo formalizadas pelo Estado.

A Ocupação Gilberto Domingos, localizada no centro do Rio de Janeiro, em um prédio que pertencia ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), teve seu início em novembro de 2023. A iniciativa, liderada pelo Movimento Unido dos Camelôs (MUCA), foi uma resposta direta à crise habitacional e à marginalização dos trabalhadores informais na cidade. O nome da ocupação é uma homenagem a Gilberto Domingos, um camelô que faleceu em um atropelamento, simbolizando a luta e a memória da categoria.

Desde o seu início, a ocupação tem se consolidado como um importante espaço de resistência. Em dezembro de 2023, a ocupação completou seu primeiro mês, sendo reconhecida como um símbolo da luta pelo direito à moradia digna (Brasil de Fato, 2023). Ao longo dos meses seguintes, a Ocupação Gilberto Domingos enfrenta desafios significativos, como a falta de regularização do serviço de água, evidenciando as dificuldades impostas aos movimentos de moradia.

Em 18 de fevereiro de 2025, a Comissão de Soluções Fundiárias do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) realizou uma visita à ocupação, indicando que o processo legal e a busca por soluções fundiárias estavam em andamento. Essa visita sublinha a complexidade jurídica e social envolvida na garantia do direito à moradia para os ocupantes.

Mais recentemente, em 10 de setembro de 2025, o MUCA e os moradores da Ocupação Gilberto Domingos compareceram a uma sessão presencial, demonstrando a continuidade da mobilização e da luta pela permanência no local. A ocupação tem desempenhado um papel crucial no acolhimento de camelôs em dificuldades financeiras,



oferecendo lhes moradia e um ponto de apoio em meio à precariedade urbana (Movimento Unido dos Camelôs, 2025).

CONCLUSÕES

A análise da articulação entre o programa Reviver Centro, as políticas de remoção de trabalhadores informais e a emergência da Ocupação Gilberto Domingos revela a complexidade das dinâmicas urbanas no Rio de Janeiro. O Reviver Centro, embora proposto como *revitalização*, atua como um vetor de gentrificação e higienização social, priorizando o capital especulativo e resultando em remoções forçadas e na marginalização de populações vulneráveis. A violência estatal, manifestada na repressão aos camelôs e ambulantes, e em vias de ser ampliada com o início do armamento da Guarda Civil Municipal via Força Municipal de Segurança, demonstra um controle socioespacial que criminaliza a pobreza e as práticas laborais informais, impactando diretamente a segurança e a dignidade dos trabalhadores.

Nesse cenário de exclusão e repressão, a Ocupação Gilberto Domingos emerge como um poderoso ato de resistência e insurgência urbana. Ao ocupar um prédio ocioso, os moradores não apenas reivindicam o direito à moradia, mas também desafiam a lógica da propriedade privada e a ineficácia das políticas habitacionais. A trajetória da ocupação, desde seu início em novembro de 2023 até as recentes mobilizações, exemplifica a luta contínua por uma cidade mais justa e equitativa, onde o espaço urbano seja um direito fundamental e não apenas uma mercadoria.

A Ocupação Gilberto Domingos, portanto, representa uma práxis transformadora que aponta para a necessidade urgente de políticas públicas que valorizem a diversidade e promovam a inclusão social no centro do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **Estado de exceção: [Homo Sacer, II, I]**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015. 117 p.

BATISTA, F. **A camelô que quer impedir que guarda municipal do Rio possa andar armada.** UOL *Universa*, 27 ago. 2020. Disponível em:



<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/08/27/a-camelo-que-luta-para-impedir-que-guardas-no-rio-andem-armados.htm>. Acesso em: 12 set. 2025.

BRASIL DE FATO. **Movimento de camelôs ocupa prédio público abandonado na região central do Rio de Janeiro.** *Brasil de Fato*, 9 nov. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/11/09/movimento-de-camelos-ocupa-predio-publico-abandonado-na-regiao-central-do-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 15 set. 2025.

BRASIL DE FATO. **Ocupação Gilberto Domingos, organizada por camelôs, completa um mês no centro do Rio.** *Brasil de Fato*, 9 dez. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/12/08/ocupacao-gilberto-domingos-organizada-por-camelos-completa-um-mes-no-centro-do-rio/>. Acesso em: 15 set. 2025.

MONTEIRO, J. C. C.; GARCIA, M. D. L. D. **O programa Reviver Centro: refuncionalização e novas dinâmicas imobiliárias na área central da cidade do Rio de Janeiro.** In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL – ENANPUR, 20., 2023, Belém. *Anais*. Belém: ENANPUR, 2023. p. 2-3.

MUCA. AVANÇA OCUPAÇÃO GILBERTO DOMINGOS! **Instagram**, 12 set. 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DOeX4kgD7Yo/avan%C3%A7a-ocupacao-gilberto-domingos-nem-dia-10092025-o-muca-e-os-moradores-da-ocu/>. Acesso em: 15 set. 2025.

MUCA; INSTAGRAM. Na Ocupação Gilberto Domingos, estamos acolhendo... **Instagram**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/C2c724XJHXx/>. Acesso em: 15 set. 2025.

NÚCLEO PIRATININGA DE COMUNICAÇÃO (NPC). **A Ocupação Gilberto Domingos está sem água.** *NPC*, [s.d.]. Disponível em: <https://nucleopiratininga.org.br/a-ocupacao-gilberto-domingos-esta-sem-agua/>. Acesso em: 15 set. 2025.

RIBEIRO, B.; TERRA, B.; FIDALGO, T. **Expressividades dos invisíveis: morar, trabalhar e viver no Centro do Rio de Janeiro.** In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL – ENANPUR, 20., 2023, Belém. *Anais*. Belém: ENANPUR, 2023.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia nas eras das finanças.** São Paulo: Boitempo, 2015.

ROY, A. Why India cannot plan its cities: informality, insurgence and the idiom of urbanization. *Planning Theory*, v. 8, n. 1, p. 76-87, 2009.

ROY, A. **Cidades favelas: repensando o urbanismo subalterno.** *Revista Internacional de Pesquisa Urbana e Regional*, v. 35, n. 2, p. 223-238, 2011.

ROY, A. Racial banishment. In: **Keywords in radical geography: Antipode at 50.** Oxford: Wiley Online Library, 2019. p. 227-230.

SANTOS, R. A. Violências do Estado na produção de territórios, informalidade e redes de proteção. **Cadernos Metrópole**, v. 26, n. 59, 2024. Disponível em:



<https://www.scielo.br/j/cm/a/3M7YLZxQVrZkxvhKsP46WrC/?format=html&lang=pt>.

Acesso em: 15 set. 2025.

TELLES, V. S. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2010.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO (TRF2). **Comissão de Soluções Fundiárias do TRF2 visita ocupação em prédio do INSS**. *TRF2*, 18 fev. 2025. Disponível em:

<https://www.trf2.jus.br/jf2/noticia-jf2/2025/comissao-de-solucoes-fundiarias-do-trf2-visita-ocupacao-em-predio-do-inss-na/>. Acesso em: 15 set. 2025.